

## QUARENTA ANOS DE FÉ, RESISTÊNCIA E CAMINHADA

Neste ano de 2019, completam-se QUARENTA ANOS DA MISSÃO DA TERRA na Diocese de Senhor do Bonfim - BA.

Esta “Missão da Terra” é um fruto abençoado da união de camponeses e camponesas, humildes e despossuídos, que se congregaram, com fé, aos pés da Santa Cruz, na comunidade paroquial *Sagrado Coração de Jesus*, de Monte Santo. A primeira Missão da Terra se deu nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 1979.

Os pobres se juntaram, como três anos antes em *Bom Jesus da Lapa*, para pedir força e coragem à venerada “Santa Cruz”, poder enfrentar assim os “grileiros” daquela época e expressar solidariedade aos camponeses/as das comunidades de Fundo de Pasto, perseguidos/as por fazendeiros e pelo poder público daquele município.

A “grilagem de terras” desde o final dos anos de 1970, provocou uma guerra entre fazendeiros e sertanejos da caatinga de toda a Bahia. O uso comunitário das terras, aguçou a ganância de fazendeiros inescrupulosos que passaram a invadir os Fundos de Pastos, apoiados pelos donos dos cartórios e dos políticos aproveitadores. A guerra estava declarada e executada por fazendeiros que matavam e chegavam a matar as lideranças dos grupos de posseiros. Neste clima, a *Missão da Terra* tornou-se o único grito possível, de oração a Deus e de denúncia dos fatos violentos; ao mesmo tempo, dava um grande reforço para a luta, pois era urgente manter a união e iniciar uma organização mais firme, porque Deus não queria a morte e o sacrifício de ninguém.

No contexto de um capitalismo excludente que iniciava invadir agressivamente o campo, quando o povo era discriminado e humilhado com o aumento da presença de latifundiários na região que abrange a diocese de Bonfim, nasce a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta Pastoral, juntamente com o apoio de Dom Jairo Ruy Matos da Silva, bispo da época e contando com as organizações populares que começavam a surgir, organiza e realiza, pela primeira vez em Monte Santo, a “Missão da Terra”, chamada também de “Romaria da Terra”.

As sete primeiras “Missões da Terra” foram celebradas com objetivo de defender e promover a luta pela dignidade da pessoa humana, na animação do povo de Deus e na luta pela terra que foi, e é sempre, um dom de Deus; ela, porém, é tomada e cercada ilegalmente, pelos latifundiários; unia-se a isso também a necessidade de tomar, das mãos dos “*doutores pelegos*”, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e o surgimento da organização de um sindicato autêntico, que estivesse nas mãos livres do homem e da mulher do campo. Pela defesa do Fundo de Pasto sem a ganância e a violência dos grileiros.

Em 1986, diante da pressão dos/as trabalhadores/as, o governo respondeu com políticas compensatórias, por meio de projetos de barragens e outros projetos faraônicos.

Os/as romeiros/as destes anos, além de celebrar e rezar a partir de suas vidas e dos costumes de suas comunidades, se alertavam reciprocamente diante da implantação, de

cima para baixo, destes projetos para os/as trabalhadores/as, para que ninguém se deixasse enganar. Os/as romeiros/as, pois, julgam mais conveniente celebrar a vida, onde haviam ocorrido assassinatos e proclamar uma paz verdadeira. Esta paz podia nascer, em 1987, no grito por direitos onde se praticava a grilagem.

Memorável foi a Missão da terra de 1987, celebrada no município de Ponto Novo na ocupação Pajeú e Represa. Ali realizou-se a primeira desapropriação da região. Ela assumiu um caráter de solidariedade e apoio à luta pela conquista da terra e de denúncia das violências praticadas por fazendeiros e pelo poder público contra os/as trabalhadores/as e contra suas entidades de apoio.

*“Graças a Deus a festa começou,  
A fazenda Pajeú é do trabalhador,  
Graças a Deus a festa começou,  
A Fazenda da Represa os sem-terra conquistou”  
(Poema popular cantado nesta Missão)*

O povo foi tomando gosto. A cada ano, se efetua uma nova ramaria em lugares diferentes, no âmbito da diocese de Bonfim. Com o passar do tempo essas caminhadas e concentrações foram crescendo. Apesar dos sacrifícios que exigem, crescem em número de participantes e no entusiasmo alegre. Basta lembrar a missão do ano passado, em Capim Grosso, onde a multidão tomou conta da cidade.

O objetivo principal deste evento de massa, puxado pela CPT com a participação dos movimentos sociais e de muitas paróquias, consistiu e, ainda consiste, em esclarecer, à luz da fé, as populações do campo e das cidades, a respeito de todos os problemas de terra, água, ambiente... Salientam-se os problemas relacionados com a “questão agrária” que ainda é muito problemática, no nosso país. O Brasil, de fato, teve o início de seus problemas com a chamada “descoberta” há mais de 500 anos, quando os portugueses aqui chegaram tomando as terras, perseguindo e explorando as nossas riquezas.

Durante todos esses quarenta anos, várias vozes se levantaram para que houvesse uma justa distribuição de terra, água, principalmente para os/as camponeses/as. Isso não aconteceu ainda, de modo satisfatório. Pelo contrário, a questão da terra vai se tornando cada vez mais conflitiva com a perda de vidas, com a falta de paz no campo, com grande prejuízo econômico para as famílias e falta de prioridade dos governos Federal e Estadual.

Evidentemente, essa situação, incômoda e gritante, não pode continuar, principalmente, num país de imensas terras hoje, cada vez mais entregues à exploração e à destruição ecológica, que é operada por empreendimentos de grande pecuária, mineradoras, agronegócio, sempre visando o lucro de poucos. Como acontece até na implementação de energia eólica, mais limpa mas que apresenta problemas sérios para as comunidades atingidas.

A CPT, desde sua fundação, 40 anos atrás, quer dar a sua contribuição, unida a outras pastorais do campo e a outros setores da sociedade, para que os/as camponeses/as, possam ter acesso à sua água, a seu pedaço de chão para residir, trabalhar e viver com dignidade. Esta Comissão, como já acenado, foi fundada em 1979, teve o pleno apoio de Dom Jairo

Rui Matos da Silva, bispo da época, juntamente com os padres e as religiosas que com ele colaboravam no pastoreio das comunidades.

A participação da luta em favor dos pobres e dos camponeses é uma consequência e tem sua razão de ser pela fé cristã e pelo sentimento humano de solidariedade que nos torna, todos e todas, humildes servidores uns dos outros. Em tempos passados, mas ainda presentes em nossa memória, a Igreja Católica já havia chamado com mais força a nossa atenção para esse grave problema da posse e uso da terra. Hoje, não podemos vacilar por timidez e esquecer que este é um problema estrutural permanente.

Apenas para ficarmos com os pronunciamentos dos últimos anos, lembremos:

A Constituição “*Gaudium et spes - A Alegria e a Esperança*”, do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Ela adverte que todas as riquezas (latifúndios, mineração, agronegócio..., por exemplo), *devem ser usadas urgentemente para o bem da comunidade e para que o bem comum não seja posto em perigo.*

Em Medellín (Colômbia), em 1968, os bispos latino-americanos afirmaram que não poderia haver uma promoção humana para as populações camponesas, ribeirinhas e indígenas sem “*uma autentica e urgente reforma das estruturas e da política agrária*” (1,14).

Se passarmos para as conclusões de Puebla, sempre do Episcopado Latino americano (México 1979) encontraremos as seguintes afirmações entre outras: “*Os bens e riquezas do mundo, segundo a vontade do criador, são para servir efetivamente à utilidade e ao proveito de todos e de cada um dos homens e dos povos*”, (Puebla 492,4). No número de 1245, deste mesmo documento, há reprovação severa do papa João Paulo II contra os que “*mantém terras improdutivas que escondem o pão que falta a tantas famílias, a voz de Deus, a voz da Igreja, não é justo, não é humano, não é cristão continuar com certas situações claramente injustas*”.

Por ocasião da 4ª Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Santo Domingo (1992), o mesmo papa reprovou a “*visão mercantilista que considera a terra em relação exclusiva com exploração e o lucro, que provoca o desalojamento e a expulsão dos seus legítimos donos*”, (Nº 172,b).

Foi a luz que destes ensinamentos e outros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que a CPT repassou para todos/todas, a partir também do contato direto com a realidade dos homens e mulheres do campo, durante esses 40 anos. A sementeira foi e é, certamente difícil e dolorosa, mas já se realizaram, e poderão se realizar ainda, “*colheitas de frutos, com o sorriso na face*” (João da Silva, camponês desta região).

- Como a retomada dos STRs da mão dos doutores, o reconhecimento do Fundo de Pasto e a emissão de milhares de títulos de terra, a consolidação do movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados (CETA), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a criação da Central de Ocupantes do Semiárido Baiano (COASBS), a Associação de Assistência Técnica dos Trabalhadores e

Movimentos Populares (CACTUS), do Grupo de Economia Popular Solidária (GREPIS), entre outros;

- Até hoje foram assentadas 2.166 famílias, em 25 assentamentos, distribuídos em 53.192 hectares de terra em 9 municípios da Diocese;
- Aproximadamente 50 famílias ainda lutam pela conquista da terra em 3 acampamentos;
- Some-se a isto a conquista da regularização de alguns dos territórios tradicionais das Comunidades de Fundo e Fecho de pasto, o que representa uma área total de 14.968 hectares, onde se estima que vivam cerca de 2.200 famílias (cerca de 6.700 habitantes);
- Na convivência com o Semiárido, os/as trabalhadores/as organizados/as conseguiram água encanada para mais de 800 famílias no município de Caém e Jacobina. Em todo o território da Diocese de Bonfim, foram conquistadas mais de 20 mil cisternas para o consumo humano e centenas de barreiros, cisterna de produção, executadas pela CACTUS, Obras Sociais, Cooperativa de Assistência Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASP), Umbuzeiro, sindicatos, além de mais de 2 mil poços artesianos, executada pela Associação Regional Pró-Água (ARPA);
- Foram muitos enfrentamentos, sofrimentos, lutas. Infelizmente com os assassinatos registrados de 14 trabalhadores, somente ao longo dos últimos 42 anos.

Nesta oportunidade agradecemos os nossos corajosos camponeses e camponesas que se empenharam, até entregando suas vidas, na promoção de sua dignidade e valor, juntamente com bispos, padres, sacerdotes, religiosas, religiosos, leigos e leigas e, em especial os e as que contribuíram no serviço solidário da Comissão Pastoral da Terra.

Quantos frutos o homem e a mulher do campo e das cidades, estão colhendo dessas vitórias!

Esperamos que estes 40 anos de caminhada nos deem força para ir adiante, continuar a nossa Missão; sair do nosso próprio ninho e, continuarmos a sermos “igrejas em saída”, juntando-nos a outros, buscando manter viva a fé, o sonho e a esperança de podermos deixar aos mais jovens, um mundo mais justo e solidário.

Desde já, sintam-se convidados/as a celebrar conosco no domingo, dia 22 de setembro de 2019, na paróquia Nossa Senhora de Fátima de Ponto Novo, da 40ª Missão da Terra que este ano traz o tema: “40 ANOS DE CAMINHADA, FÉ E RESISTÊNCIA POR VIDA, TERRA, ÁGUA E DIREITOS” e o lema: *SERÁ LIBERTADO(A) PELO O DIREITO E PELA JUSTIÇA. LIBERTÁ-LO. (IS 1,27).*

Senhor do Bonfim, 17 de setembro de 2019

*Antonio Célio de Castro - Agente pastoral leigo da Diocese de Senhor do Bonfim, na Comissão Pastoral da Terra – CPT Bahia Centro-Norte, membro da Coordenação Colegiada Regional Bahia da CPT, Bacharel em Teologia Pastoral.*